

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

Ata da 7ª Reunião Ordinária

Data: 27 de maio de 2002

Local: Ministério do Trabalho e Emprego - Sala de Reunião do Gabinete do Ministro

Presentes: Dr. Juarez Correia Barros Júnior (Diretor do DSST), Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM - DRT-MG), Almir Augusto Chaves (CONOR / DSST), Ivone Corgosinho Baumecker (COFIP / DSST), Luiz Carlos Emanuel Osório (DRT-SC), Roger Romão (DNPM), José Carlos do Vale (CNTSM / CUT), Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (CNTSM / CUT) e Fernando Vilar Lignani (CNI).

Tiveram falta justificada: Roberto Dias Lima (CNIF), Vitor Nunes Feitosa (Samarco), Marta Freita (CNTSM) e Terezinha Fátima de Matos Nunes (M. Saúde).

Dando início à reunião o Coordenador de Normas do DSST, Almir Augusto, explicou que a reunião que estava marcada para o dia 17 de junho, foi antecipada para esta data, pois não seria viável aquela data face o início do Seminário sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Setor Mineral se realizar no mesmo dia. Também se aproveitou o dia 27 para a assinatura pelo Sr. Ministro do Trabalho e Emprego do Aviso Ministerial encaminhando a Convenção 176 para ratificação pelo governo brasileiro. Passou-se então a palavra ao Coordenador da CPNM, Mário Parreiras, que apresentou a *Ata da 2ª Reunião Extraordinária* aos membros, que foi aprovada sem ressalvas e em seguida assinada. Passou-se então para a discussão dos itens da NR-22 a serem revisados, que após discussões foram aprovados na seguinte forma:

22.3.2 *Quando forem realizados trabalhos através de empresas contratadas pela empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira, no contrato deverá constar o nome do responsável pelo cumprimento da presente Norma Regulamentadora.*

22.3.7.1.2 *O Programa de Gerenciamento de Riscos deve considerar os níveis de ação acima dos quais devem ser desenvolvidas ações preventivas, de forma a minimizar a probabilidade de ultrapassagem dos limites de exposição ocupacional, implementando-se medidas para o monitoramento periódico da exposição, informação dos trabalhadores e o controle médico, considerando as seguintes definições:*

a) *limites de exposição ocupacional são os valores de limites de tolerância previstos na Norma Regulamentadora nº.15 ou, na ausência destes, os valores limites de exposição ocupacional adotados pela **AMERICAN CONFERENCE OF GOVERNMENTAL INDUSTRIAL HIGYENISTS - ACGIH** ou valores que*

venham a ser estabelecidos em negociação coletiva, desde que mais rigorosos que aqueles;

22.7.7 Os veículos de pequeno porte que transitam em áreas de mineração a céu aberto devem possuir sinalização, através de bandeira de sinalização em antena telescópica ou outro dispositivo que permita a sua visualização pelos operadores dos demais equipamentos e veículos, e manter os faróis ligados durante todo dia, de forma a facilitar sua visualização.

22.11.11 As instalações, máquinas e equipamentos devem ser à prova de explosão, em locais com possibilidade de ocorrência de atmosfera explosiva, de acordo com as especificações constantes nas normas NBR 5418 - Instalações Elétricas em Atmosferas Explosivas e NBR 9518 - Equipamentos Elétricos para Atmosfera Explosivas - Requisitos Gerais, e alterações posteriores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

22.11.15

b) ser dotadas de dispositivo auxiliar, que garanta a contenção da mangueira, evitando seu chicoteamento, em caso de desprendimento acidental.

22.11.23 Os recipientes contendo gases comprimidos devem ser armazenados em depósitos bem ventilados e estar protegidos contra quedas, calor e impactos acidentais bem como estar de acordo com as normas NBR 12.791 - Cilindro de Aço, sem costura, para Armazenamento e Transporte de Gases a Alta Pressão, NBR 12.790 - Cilindro de Aço Especificado, sem costura, para Armazenagem e Transporte de Gases a Alta Pressão, e NBR 11.725 - Conexões e Roscas para Válvulas de cilindros para Gases Comprimidos, e alterações posteriores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e recomendações do fabricante.

22.13.1 Os cabos, correntes e outros meios de suspensão ou tração e suas conexões, devem ser projetados, especificados, instalados e mantidos em poços e planos inclinados, conforme instruções dos fabricantes e normas NBR 6.327 - Cabo de Aço para Usos Gerais - Especificações, NBR 11.900 - Extremidade de Laços de Cabo de Aço - Especificações, NBR 13.541 - Movimentação de Carga - Laço de Cabo de Aço - Especificações, NBR 13.542 - Movimentação de Carga - Anel de Carga, NBR 13.543 - Movimentação de Carga - Laço de Cabo de Aço - Utilização e Inspeção, NBR 13.544 - Movimentação de Carga - Sapatilho para Cabo de Aço, NBR 13.545 - Movimentação de Carga - Manilha, e alterações posteriores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e ser previamente certificados por organismo de certificação credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - ou instituição certificadora internacional.**22.19.2.1** Trabalhos em áreas citadas neste item, que utilizem meios que produzam calor, faísca ou chama só serão realizados adotando-se procedimentos especiais ou mediante liberação por escrito observado o disposto no subitem 22.3.3.

22.19.10 *As tubulações devem ser identificadas segundo norma NBR 6.493 - Emprego de Cores para Identificação de Tubulações, e alterações posteriores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou, alternativamente, identificadas a cada cem metros, informando a natureza do seu conteúdo, direção do fluxo e pressão de trabalho.*

22.19.11 *Os recipientes de produtos tóxicos, perigosos ou inflamáveis devem ser rotulados conforme regulamentação vigente, contendo, no mínimo, a composição do material utilizado.*

22.21.3.1 *O plano de fogo da mina deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado.*

Interrompeu-se as discussões em virtude da solenidade de assinatura do Aviso Ministerial de Ratificação, no Brasil, da Convenção 176 da OIT - Segurança e Saúde nas Minas, que contou com a presença do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Jobim e representantes do Itamarati e do DNPM. Dr. Juarez deu início à solenidade explicitando para Dr. Jobim sobre a responsabilidade da Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral - CPNM - no encaminhamento da referida Convenção e disse que o Ministério do Trabalho e Emprego encaminha essa ratificação de forma consciente diante da experiência de trabalho já alcançada na área. Dr. Jobim fala sobre seu acompanhamento desse trabalho e ressalta que a ratificação vem hora certa afirmando ainda ser um ato político e uma posição internacional do Brasil frente ao setor mineral, enfatizando que o Governo preferiu construir a NR-22 e posteriormente encaminhar a ratificação da Convenção 176. Finalizando parabenizou a CPNM pelo excelente trabalho realizado. Dr. Mário Parreiras ressaltou que a assinatura do Aviso Ministerial é um coroamento ao trabalho da Comissão e convidou Dr. Jobim para a abertura do Seminário Nacional sobre Gestão em Segurança e Saúde no Setor Mineral, sendo o convite prontamente aceito pelo Sr. Ministro. José Carlos relatou sobre os problemas do setor, que ainda há muito trabalho a se fazer e que a ratificação da convenção vem como um grande passo para melhorias. Fernando Lignani comentou sobre a importância do setor na economia do país e que a segurança tem que estar em 1º lugar por não se poder construir um futuro através de acidentes e mutilações de trabalhadores. Tendo sido o aviso assinado, Dr. Jobim encerrou a solenidade, tendo a Comissão voltado a discutir os demais itens da Norma que ficaram com a seguinte redação:**22.23.4**

a) *os tubos, as conexões e os suportes das tubulações de pressão devem ser apropriados para estas finalidades e dotados de dispositivo que impeça o chicoteamento da mangueira em caso de desengate acidental;***22.26.1** *Os depósitos de estéril, rejeitos, produtos, barragens e áreas de armazenamento, assim como, as bacias de decantação devem ser construídas com base em estudos hidro-geológicos e atender as normas ambientais e as Normas Reguladoras de Mineração.*

22.30.1 *A empresa ou o Permissionário de Lavra Garimpeira deve adotar medidas que previnam inundações acidentais em suas instalações, com base em estudos hidro-geológicos previstos nas Normas Reguladoras de Mineração.*

22.37.1 *Ao trabalhador do subsolo será fornecida pelo empregador alimentação compatível com a natureza do trabalho, sob supervisão de nutricionista, na forma da legislação vigente.*

22.37.6 *A empresa deverá manter organizada e atualizada a estatística de acidentes de trabalho e doenças profissionais, assegurando pleno acesso a essa documentação à CIPAMIN, ao SESMT, DNPM e à Delegacia Regional do Trabalho - DRT.*

2.37.7

a) *comunicar o acidente, de imediato, à autoridade policial competente e à DRT;*

22.37.9 *A aplicação desta Norma Regulamentadora não exclui a observância de disposições pertinentes estabelecidas em legislações específicas.*

Após discutidas e aprovadas as novas redações dos itens, estes foram colocados em formato de portaria para publicação. Finalmente, o Engenheiro Almir ficou de *citar as normas da ABNT referidas nos itens modificados de forma a garantir sua aprovação pela Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que o DSST deverá disponibilizar as normas da ABNT nas DRT para consulta das empresas interessadas. Nada mais tendo sido discutido a reunião foi encerrada.

**Conforme deliberado no parágrafo acima, os nomes das Normas da ABNT (NBRs) já constam nesta ata.*